



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Coordenação e Planejamento  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 14 Nº 6

Junho de 2005

## O mercado formal de trabalho: desaceleração em marcha?

Apesar da expansão continuada do mercado de trabalho formal no Brasil — de janeiro a maio de 2005 foram criados 770.767 empregos com carteira assinada —, o crescimento desacelerou, atingindo patamares inferiores aos verificados no mesmo período do ano passado, quando ocorreu um incremento de 826.761 postos com vínculos legais. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para o mês de maio, revelam um crescimento do número de contratações menor do que em abril: o saldo de admissões e desligamentos naquele mês foi 20,2% inferior ao de abril. Com esse saldo positivo de maio, o estoque de trabalhadores empregados cresceu 0,8% em relação a abril, um ritmo menor do que o do crescimento do estoque de abril sobre o de março, que foi de 1,1%. Embora não se possa falar em curva de desaceleração, evidencia-se perda de dinamismo na geração de postos de trabalho principalmente na indústria de transformação (uma variação de 0,8% em maio, ante uma variação de 1,3% em abril) e no setor serviços (variação de 0,6% em maio e de 0,9% em abril). A variação do nível de emprego no comércio manteve-se praticamente estável (0,6% em maio e em abril). A agricultura destaca-se por apresentar um incremento no número de vínculos maior em maio do que em abril.

No Rio Grande do Sul, os sinais de desaquecimento são mais sensíveis. Dentre os estados que têm maior peso no estoque de trabalhadores empregados, ele é o único com recuo no emprego formal. Em maio, foram fechadas 5.831 vagas, uma retração de 0,3% sobre o estoque de empregados de abril. Observa-se que, no mês de abril, o desempenho do mercado de trabalho formal no RS já se mostrava aquém do nacional, com uma variação do emprego de 0,4% frente ao mês de março. A forte estiagem que atacou o Estado e a valoriza-

ção cambial, que prejudica as exportações, colocaram o RS em desvantagem frente à média nacional, registrando-se, em maio, queda no nível de emprego em quase todos os segmentos da indústria de transformação gaúcha — notadamente na indústria de calçados (-1,8%) e na de material elétrico e de comunicações (-1,0%) — e nas atividades primárias, onde os vínculos legalizados caíram 7%. Os setores que sofreram acréscimos de postos de trabalho foram a construção civil (0,1%), o comércio (0,2%), o serviços (0,3%) e a administração pública (0,2%), responsáveis, em conjunto, por 60,5% dos admitidos no mês. No cômputo dos cinco primeiros meses do ano, a variação do emprego celetista no RS, em relação ao contingente de dez./04 (1,7%), é um pouco mais da metade do que foi alcançado no Brasil (3,1%).

Esses dados se constituem em um importante alerta para os formuladores da política econômica, tendo em vista que o Caged funciona como um sensor do mercado de trabalho formal. Se uma política de crescimento econômico sustentado não é suficiente para garantir a geração de postos de trabalho de qualidade — como se costuma referir os empregos com vínculos legais —, ela é condição necessária para tanto. Os indicadores econômicos do primeiro trimestre não são animadores. A desaceleração da economia, apontada pela expansão modesta do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 0,3% no primeiro trimestre de 2005, em relação ao quarto trimestre de 2004 —, deve ser motivo de apreensão para o mercado de trabalho. Os dados aqui comentados, mesmo em âmbito nacional, já mostram que a trajetória de revigoração do mercado de trabalho verificada em 2004 (o melhor ano na história do Caged, segundo o MTE) pode estar sendo comprometida por uma conjuntura adversa ao crescimento.

Evolução do emprego, por subsectores de atividade econômica, no Brasil e no RS — maio/05 e jan.-maio/05

SUBSETORES	MAIO/05				ACUMULADO JAN-MAIO/05			
	RS		Brasil		RS		Brasil	
	Saldo (1)	Δ% do emprego (2)	Saldo (1)	Δ% do emprego (2)	Saldo (1)	Δ% do emprego (3)	Saldo (1)	Δ% do emprego (3)
<b>Total</b> .....	-5 831	-0,3	21 2450	0,8	30 420	1,7	770 767	3,1
Extrativa mineral .....	-73	-1,4	1 257	0,8	-144	-2,8	4 916	3,2
Indústria de transformação	-2 731	-0,4	45 938	0,8	15 761	2,5	177 046	3,0
Serviços industriais de utilidade pública .....	-50	-0,3	619	0,2	1 075	6,6	8 458	2,8
Construção civil .....	89	0,1	12 287	1,1	-1 490	-2,2	41 860	4,2
Comércio .....	598	0,2	33 883	0,6	3 721	0,9	100 986	1,8
Serviços .....	1 976	0,3	57 679	0,6	12 505	2,1	304 451	3,1
Administração pública .....	106	0,2	2 035	0,3	1 132	2,1	25 878	3,7
Agricultura, silvicultura, etc.	-5 745	-7,0	58 744	4,1	-2 139	-2,9	107 144	8,4

FONTE: Caged-MTE.

NOTA: No total das atividades, foi incluído o setor outros.

(1) Admitidos menos desligados. (2) Maio em relação a abril. (3) Variação do emprego em relação a dez./04.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/CEES)

## Quebra na produção e queda nas exportações gaúchas de soja em 2005

Os efeitos da quebra na safra gaúcha de grãos sobre os diferentes setores da economia começam a aparecer e passam a ser dimensionados no período pós-colheita. Conforme o levantamento do IBGE efetuado em maio, a redução na produção gaúcha de soja, na safra 2004/05, é de 57,3% em relação à produção obtida em 2003/04. A quebra atual deverá ter reflexos bastante significativos sobre várias áreas da economia gaúcha. As empresas produtoras de máquinas e equipamentos para a agricultura já vinham registrando uma retração nas suas vendas, mas, agora, o que começa a aparecer com maior clareza são os reflexos sobre as exportações do complexo soja, especialmente as de soja em grão. Nos meses de janeiro a abril de 2005, as vendas de soja em grão tiveram uma queda de 96,5% no volume exportado, em relação ao mesmo período de 2004. A perda de receita situa-se no mesmo patamar, ou seja, não há, até este momento, compensações via preços para a queda no volume produzido. Apesar do aumento do preço internacional do grão nos últimos meses, a valorização do real frente ao dólar tem anulado a possibilidade de crescimento da receita auferida pelos setores ligados à produção de soja.

Exportação de soja do Rio Grande do Sul — jan./abr. 2004-05

DISCRIMINAÇÃO	VOLUME (t)	VALOR (US\$)
Jan.-abr./04	554 625	157 929 922
Jan.-abr./05	19 532	4 441 546
Δ% 2004-05	-96,48	-97,19

FONTE: Secex-MDIC.

Vivian Fürstenau (FEE/CEES)

## AIDS no RS: tendência à estabilização

O Ministério da Saúde, através das informações do Sistema Nacional de Agravos de Notificação, afirma que a epidemia de AIDS, no Brasil, está em um processo de estabilização, tendo sido registrados 362.364 casos entre 1980 e 2004. O País vem apresentando uma taxa de incidência em torno de 18 novos casos por 100.000 habitantes nos últimos oito anos, embora tenha registrado o número de 32.247 novos casos em 2003.

O Rio Grande do Sul confirmou essa tendência de relativa estabilização anual no período 1998-03. Em 2003, foram diagnosticados 2.359 novos casos. Em função dessa estabili-

dade, o Estado mantém-se em terceiro lugar nessa categoria, no País.

A taxa de letalidade em relação à doença, no Rio Grande do Sul, mostra uma queda expressiva a partir de 1996, estabilizando-se em 3% de 2001 a 2003, tendo ocorrido, neste último ano, um total de 418 óbitos.

Em que pese à eficácia dos tratamentos na sobrevivência dos pacientes, graças à qualidade dos novos medicamentos, são necessários, entretanto, novos programas governamentais de prevenção, a fim de diminuir a possibilidade de transmissão da doença.

Número de casos diagnosticados de AIDS no Rio Grande de Sul — 1995-03

ANOS	NÚMERO DE CASOS		NÚMERO DE ÓBITOS	TAXA DE LETALIDADE (%)	
	Novos (incidentes)	Existentes (prevalentes)		Fixa (casos incidentes)	Móvel (casos prevalentes)
1995	1 308	3 152	586	45	19
1996	1 542	4 108	534	35	13
1997	1 908	5 482	607	32	11
1998	2 548	7 423	687	27	9
1999	2 278	9 014	819	36	9
2000	2 657	10 852	949	36	9
2001	2 382	12 285	977	41	8
2002	2 895	14 203	486	17	3
2003	2 359	16 076	418	18	3

FONTE: SES-RS.

Ricardo Rossi Couto (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras  
publicações em  
nossa Home Page  
[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

Carta  
de  
Conjuntura FEE

## As exportações do RS para o Mercosul

Após a séria crise enfrentada pelo Mercosul até 2002, ano de pior *performance* das vendas gaúchas para os países parceiros do bloco, verificam-se taxas de crescimento das exportações estaduais para os países-membros bem maiores do que as verificadas para o total exportado pelo Estado. Analisando-se as vendas externas do RS, de janeiro a abril, nos últimos três anos, observa-se um incremento de 80,9% em 2004, em relação a 2003, e de 20,9% em 2005, comparado com 2004. Esse resultado foi influenciado pelas vendas para a Argentina, que vêm absorvendo quase dois terços do valor embarcado para o bloco (nos mesmos períodos, as exportações totais do RS cresceram 35,7% e 6,8% respectivamente). Como decorrência, a representatividade do Mercosul nas exportações totais passou de 9,7% para 14,6%, quando se comparam os primeiros quatro meses de 2003 e 2005.

As exportações para os países vizinhos estão concentradas em quatro capítulos, que participaram com mais de 60% do valor embarcado. No Capítulo 84, destacam-se as vendas de máquinas agrícolas e de motores diesel e semidiesel, e seu decréscimo, em 2005, deve-se à redução do valor exportado de colheitadeiras e de ceifeiras debulhadoras para a Argentina. Já o Capítulo 39 contribui, principalmente, com as vendas de polímeros de etileno e de propileno, ambos em formas primárias, enquanto, no Capítulo 29, distinguem-se os hidrocarbonetos, sendo que esses dois capítulos denotaram elevadas taxas de crescimento, de 73,4% e 131,2%, respectivamente, de janeiro a abril de 2005 em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior. E, no Capítulo 87, salientam-se as exportações de tratores e de carrocerias no primeiro quadrimestre deste ano.

Exportações do RS, por capítulos, para o Mercosul — jan.-abr. 2003/05

DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS DA NCM	JAN-ABR			VARIÇÃO %	
	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004
84 Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos .....	49 435	119 287	94 679	141,3	-20,6
39 Plásticos e suas obras .....	41 622	51 650	89 554	24,1	73,4
87 Veículos automóveis, tratores, etc., suas partes e acessórios .....	13 715	45 039	45 140	228,4	0,2
29 Produtos químicos orgânicos .....	16 314	18 315	42 342	12,3	131,2
<b>Subtotal</b> .....	<b>121 086</b>	<b>234 291</b>	<b>271 715</b>	<b>93,5</b>	<b>16,0</b>
Outros .....	79 559	128 587	166 879	61,6	29,8
<b>TOTAL</b> .....	<b>200 646</b>	<b>362 878</b>	<b>438 594</b>	<b>80,9</b>	<b>20,9</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/CEES)

## Uma “bolha imobiliária” ameaça a economia norte-americana?

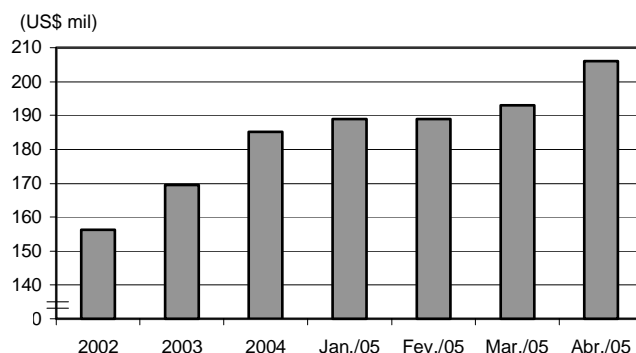
Após a queda do preço das ações nas principais bolsas norte-americanas, nos anos 2000 e 2001, a retomada do crescimento da economia dos EUA, a partir de 2002, foi marcada por um fenômeno peculiar de aumentos do investimento na construção e no valor dos imóveis (32% até abril de 2005). Uma “bolha” especulativa no setor imobiliário teria substituído a especulação com as ações das empresas de alta tecnologia. Um indicador desse comportamento é o fato de 23% dos imóveis adquiridos naquele país, em 2004, estarem ligados à motivação “investimento”, conforme pesquisa da associação de corretores dos EUA.

Esse movimento altista tem sido impulsionado pelas baixas taxas de juros, que deram liquidez à economia após o choque nas bolsas, e por novas modalidades de financiamento, que permitem o início do pagamento da amortização dos valores devidos apenas cinco anos após a assinatura do contrato (durante esse período, apenas os juros são pagos). Além disso, o refinanciamento dos imóveis a juros menores, bem como a elevação dos seus preços, possibilitou novo endividamento das famílias com base em hipotecas (cerca de US\$ 200 bilhões em 2004). Esse é um dos elementos essenciais para o aumento do consumo das famílias que marca a débil retomada do crescimento nos EUA.

Nesse contexto, uma reversão cíclica que levasse à queda abrupta dos preços dos imóveis atingiria tanto a capacidade

de consumo como a de endividamento das famílias. Isso seria tanto mais grave quanto maiores fossem as pressões concomitantes para o aumento das taxas de juros, sendo que grande parte dos novos contratos foram estabelecidos com base em taxas flutuantes de remuneração.

Evolução dos preços médios dos imóveis usados nos Estados Unidos — 2002-abr./05



FONTE: National Association of Realtors.

André Luís Forti Scherer (FEE/CEES)

## O crescimento do crédito consignado no Brasil

Desde 2004, passou-se a praticar no País, intensivamente, a modalidade de crédito conhecida como empréstimo consignado em folha de pagamento. Regulamentada e incentivada pelo Governo Federal em setembro de 2003, com o apoio das centrais sindicais, a princípio, a novidade não interessou aos grandes bancos, porque seus juros eram mais baixos do que os do cheque especial ou os do empréstimo pessoal. Mas, com o decorrer do tempo, houve a adesão, de forma generalizada, das instituições bancárias, fato que acirrou a competição.

Como resultado dessa concorrência e devido às taxas de juros praticadas nessa modalidade serem quase a metade das cobradas nas operações de crédito pessoal realizadas no mercado (em abril de 2005, enquanto, no primeiro caso, a taxa de juros se situava em torno de 36,5% a.a., no segundo, era de 75,0% a.a.), os empréstimos consignados em folha de pagamento, conforme pesquisa do Bacen em 13 das maiores instituições que operam com crédito pessoal, cresceram 110,9% em 12 meses (abr./04-abr./05). Esse tipo de operação tem ocorrido mais com os trabalhadores do setor privado do que com os do setor público, pois, enquanto, no primeiro segmento, houve um crescimento de 179,9% no período, no segundo, a expansão foi de 102,7%. Em relação à participação do crédito consignado no crédito pessoal, esta passou de 28,3% em abril de 2004 para 39,9% no mesmo mês de 2005, sinalizando, assim, uma expansão de 11,6 pontos percentuais.

O forte crescimento do crédito consignado (só o INSS já registra 2,624 milhões de aposentados e pensionistas que já utilizaram esse tipo de crédito), entretanto, pode se transformar em uma crise de inadimplência no futuro, na medida em que a capacidade de endividamento dos tomadores chegar ao limite. Também reforça essa possibilidade a constatação feita pela **Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (2002-2003)**, a qual aponta que cerca de 85% das famílias brasileiras têm dificuldades para chegar ao fim do mês com o rendimento obtido (41,2 milhões das 48,5 milhões famílias brasileiras). Vale lembrar, ainda, a existência de uma ação que está para ser julgada no Superior Tribunal Federal, que questiona a penhorabilidade do salário para pagamento de empréstimos, sendo que, se o Supremo decidir pela impenhorabilidade, todos os contratos que se referem a crédito consignado não terão validade.

A tendência até o final de 2005 é que o volume de crédito consignado continue a se expandir, só que de forma mais lenta, em função das providências tomadas pelo Governo para

evitar fraudes (o Ministério da Previdência suspendeu, a partir do final de maio deste ano, por um prazo de 60 dias, o acesso ao crédito com desconto em folha de pagamento para aposentados e pensionistas) e de uma possível redução do esgotamento da capacidade de endividamento dos tomadores.

Taxa de crescimento mensal, no ano e em 12 meses, das operações de crédito consignado em folha de pagamentos no Brasil — fev./04-abr./05

(%)

PERÍODOS	OPERAÇÕES CONSIGNADAS EM FOLHA DE PAGAMENTO (1)		
	Trabalhadores		Total
	Públicos (2)	Privados	
Fev./04	4,4	15,3	5,2
Mar./04	6,4	29,2	8,2
Abr./04	4,6	20,7	6,1
Mai./04	1,7	15,3	3,2
Jun./04	5,5	17,6	6,9
Jul./04	7,2	15,9	6,9
Ago./04	4,1	11,1	-9,9
Set./04	6,0	8,7	5,1
Out./04	7,4	7,1	6,4
Nov./04	5,1	5,9	5,2
Dez./04	6,5	3,5	6,1
Jan./05	3,1	5,3	3,4
Fev./05	7,8	4,8	7,4
Mar./05	10,5	6,6	10,0
Abr./05	6,8	5,6	6,7
No ano	32,4	24,7	31,2
Em 12 meses	102,7	179,9	110,9

FONTE: Bacen.

(1) Pesquisa com 13 das maiores instituições que operam com crédito pessoal. (2) Inclui empréstimos para funcionários públicos ativos e inativos e aposentados pelo INSS.

**Edison Marques Moreira (FEE/CEES)**

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 17.06.05).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery [www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

**Conselho Editorial da Carta:** Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**  
 Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
 CEP 90010-283

E-mail: [conjuntura@fee.tche.br](mailto:conjuntura@fee.tche.br)

**Editoração**

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig.

**Revisão**

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

**Editoria**

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schimitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.